

## PRONAF E TERRITÓRIO: O Crédito Rural na Agricultura Familiar da Quarta Colônia/RS<sup>1</sup>

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13136>

Submetido em: 15/3/2022

Aceito em: 19/9/2022

Beatriz Scapin,<sup>2</sup>Alessandra Troian<sup>3</sup>

### RESUMO

A noção de território possibilita compreender e explicar fenômenos e processos sociais, podendo ser utilizada quando se aborda políticas públicas. Destarte, o presente estudo visa a analisar a influência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de (des)territorialização de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Para tanto, metodologicamente a pesquisa classifica-se como mista, contendo uma etapa quantitativa e outra qualitativa. A etapa quantitativa refere-se à análise de dados secundários sobre o Pronaf, obtidos via *site* oficial do Banco Central do Brasil. Já a etapa qualitativa deu-se mediante a aplicação de questionários a 18 agricultores familiares residentes do território. Os resultados apontam que o Pronaf tem contribuído no processo de transformação do território. Ao longo dos mais de 20 anos são evidentes os avanços e as alterações ocorridas devido ao Pronaf, principalmente na questão de recursos disponibilizados, aumento da área plantada, produtividade, estruturação dos estabelecimentos agropecuários e mudanças na paisagem.

**Palavras-chave:** política pública; transformações; desenvolvimento; rural.

### PRONAF AND TERRITORY: RURAL CREDIT IN FAMILY FARMING IN THE QUARTA COLÔNIA/RS

### ABSTRACT

The notion of territory makes it possible to understand and explain social phenomena and processes, and can be used when addressing public policies. Thus, this study aims to analyze the influence of the National Program for the Strengthening of Family Farming in the process of (de)territorialization of Nova Palma and Pinhal Grande, located in the Fourth Colony of Italian Immigration of Rio Grande do Sul. To this end, methodologically the research is classified as mixed, containing a quantitative and qualitative stage. The quantitative stage refers to the analysis of secondary data on Pronaf, obtained via the official site of the Central Bank of Brazil. The qualitative stage, on the other hand, was carried out through the application of questionnaires to 18 family farmers living in the territory. The results indicate that Pronaf has contributed to the process of transformation of the territory. Over more than 20 years are evident the advances and changes that have occurred in the territory due to Pronaf, especially in the issue of resources made available, increased planted area, productivity, structuring of agricultural and livestock establishments and changes in the landscape.

**Keywords:** public policy; transformations; development; rural.

<sup>1</sup> A pesquisa contém resultados parciais da dissertação de Mestrado da primeira autora. A pesquisa foi financiada pelo Programa de Auxílio da Pós-Graduação da Universidade Federal do Pampa (PAPG-Unipampa).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. Santana do Livramento/RS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/4154757277592193>. <https://orcid.org/0000-0002-3321-6815>

<sup>3</sup> Autora correspondente: Universidade Federal do Pampa. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. R. Barão do Triunfo, 1048 – Centro, Santana do Livramento/RS, Brasil. CEP 97573-634. <http://lattes.cnpq.br/0939231468483828>. <https://orcid.org/0000-0001-8207-6436>. [alessandratroian@unipampa.edu.br](mailto:alessandratroian@unipampa.edu.br)

---

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma importante categoria social para o desenvolvimento do país, porém por muito tempo estes agricultores ficaram à margem dos programas de apoio à agricultura. Isso devido a motivos como falta de garantias legais para cumprir as exigências burocráticas dos agentes financeiros, ou então por não se enquadrarem no modelo de produção adotado pelos programas de fomento (SILVA, 2003).

Como exemplo, pode-se apontar a política de crédito rural, que privilegiou determinado grupo de produtores, principalmente os mais capitalizados. Destaca-se que, somente em 1996, foi criada uma política de crédito específica para a agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf foi originado como uma resposta do Estado às pressões dos movimentos sociais, tendo como finalidade ofertar crédito rural com condições distintas aos agricultores familiares (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). A criação do programa passou a ser considerado um marco de reconhecimento da agricultura familiar (GRISA, 2010).

Ao longo de mais de 20 anos de atuação o Pronaf tem apresentado resultados significativos no fortalecimento da agricultura familiar, como o aumento de beneficiários e crescimento do montante de recursos distribuídos (RESENDE; MAFRA, 2016), redução das taxas de juros, melhores condições de pagamento, simplificação das condições de acesso ao Programa e diversificação do público beneficiário (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Além disso, o programa melhorou as condições de produção, fortaleceu a inserção de tecnologias, fomentou a permanência dos agricultores no meio rural, possibilitou o aumento da oferta de alimentos e da produtividade (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Apesar dos resultados positivos, no entanto, destaca-se que o Pronaf vem financiando a produção de *commodities* e agricultores capitalizados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. E isso acaba contribuindo para ampliar as dificuldades socioeconômicas no campo (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014). Esse é um dos aspectos que precisam ser revisados no programa. Diante disso, destaca-se a necessidade de compreender a atuação do Pronaf nos territórios em que ele está atuando.

Nesse sentido, para Saquet (2005), o território é multidimensional, englobando as dimensões econômica, política, cultural e da natureza exterior ao homem, denominada de E-P-C-N. A combinação das dimensões sociais somadas com a natureza exterior ao homem influenciam no processo de apropriação e produção territorial (VALE, SAQUET; SANTOS, 2005).

Diante dessa definição, o presente estudo utilizou-se da dimensão econômica, cultural e natural para analisar a influência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no processo de (des)territorialização de Nova Palma e Pinhal Grande, localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Metodologicamente o estudo apresenta abordagem mista de caráter descritivo. Assim, na etapa quantitativa foi realizada a coleta e análise de dados secundários sobre o Pronaf, e a etapa qualitativa deu-se mediante a aplicação de questionários. Estudar o Pronaf na Quarta Colônia de Imigração Italiana gaúcha justifica-se pelo fato de os municípios possuírem forte presença da agricultura familiar. Dos estabelecimentos agropecuários localizados no território, de acordo com o Censo Agropecuário 2017, 90,04% são de agricultura familiar, distribuídos nos nove municípios que compõem a região (IBGE, 2017).

Além disso, dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar, 45,85% dos produtores possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nova Palma possui 503 estabelecimentos agropecuários classificados como agricultura familiar, o que representa 88% dos estabelecimentos existentes no município, e Pinhal Grande tem 624 estabelecimentos, o que equivale a 92% do total de estabelecimentos (IBGE, 2017). Os municípios, então, pelas características e localização, tornam-se um único território.

Tendo em vista a relevância do tema o estudo está estruturado em cinco seções, iniciando com esta breve introdução sobre o tema. Na segunda seção é analisado o território e desenvolvimento, além do papel do crédito rural para a agricultura familiar. A terceira seção apresenta detalhadamente a metodologia do estudo. Na quarta seção são apresentados os resultados encontrados no estudo, e por fim a quinta seção apresenta as principais considerações encontradas no estudo.

## TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO: O PAPEL DO CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Para Saquet e Alves (2014), a noção de território contribui de forma significativa para compreender e explicar fenômenos e processos sociais e espaciais. Para isso, segundo os autores, é preciso conhecer as diferentes abordagens e noções, visando a escolher a mais apropriada, levando em conta o objeto e a problemática do estudo. Saquet (2005) destaca que o território é multidimensional, englobando as dimensões econômica, política, cultural e da natureza exterior ao homem.

Na dimensão econômica o território é compreendido como produto da divisão territorial do trabalho; a dimensão política discute o território como um espaço delimitado e controlado, em que na maioria das vezes está relacionado ao Estado; na dimensão cultural o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Quando se trata das alternativas de desenvolvimento territorial, Saquet (2006, p. 78) apresenta alguns procedimentos relevantes, a saber: a) valorização dos recursos territoriais locais (econômicos, políticos, culturais e naturais); b) definição de políticas à produção familiar; c) educação/formação pública com qualidade; d) amenização da subordinação e exploração, em que o produtor familiar possa dominar minimamente a produção, o transporte e a venda/consumo de sua produção; e) organização e qualificação política. Além desses pontos, o autor destaca a importância da formação de lideranças e agentes mediadores, tendo em vista a luta por melhores condições de vida. Já quando se aborda sobre desenvolvimento territorial, Dallabrida (2007, p. 47) define a dinâmica territorial do desenvolvimento sendo:

O conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente. O seu uso sustenta-se na hipótese de que o desenvolvimento tem uma relação direta com a dinâmica (social, econômica, ambiental, cultural e política) dos diferentes territórios. Dependendo do tipo de ação, passiva ou ativa, dos atores territoriais na defesa dos seus interesses, frente ao processo de globalização, os territórios assumem opções de desenvolvimento que os favorecem ou que os prejudicam, em diferentes intensidades, transformando-se em territórios do tipo “inovadores/ganhadores” ou submisso/perdedores.

Para Froehlich *et al.* (2010), a abordagem do desenvolvimento territorial destaca o estudo das redes, convenções e instituições, permitindo ações cooperativas que são capazes de enriquecer o tecido social de determinada região. Além disso, o uso da dimensão territorial do desenvolvimento permite o incentivo de áreas contradizendo as teorias que definem o rural como sendo um papel secundário no desenvolvimento. Segundo os autores, “a ruralidade deixa de ser uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, passando a ser um valor para as sociedades contemporâneas” (FROEHLICH *et al.*, 2010, p. 116). Conforme Dallabrida (2015, p. 325), o desenvolvimento territorial pode ser entendido como sendo

[...] um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Diante disso, quando se trata dos estudos das regiões rurais, segundo Abramovay (2006, p. 1-2), a noção de território contribui em pelo menos quatro aspectos, a saber: a) propõe que se abandone um horizonte estritamente setorial, que considera a agricultura um setor único e os agricultores como os únicos atores; b) impede a confusão entre crescimento econômico e processo de desenvolvimento; c) o estudo empírico dos atores e de suas organizações torna-se fundamental para compreender as situações localizadas; e d) o território destaca a maneira como determinada sociedade utiliza os recursos de que dispõe em sua organização produtiva, a relação entre sistemas sociais e ecológicos.

Para Schneider (2004) o motivo pelo qual a abordagem territorial passou a relevante nas discussões sobre desenvolvimento rural, pode ser explicada por dois motivos: a) devido ao esgotamento teórico-prático da abordagem regional, o que torna evidentes os limites da utilização da noção de região como unidade de referência para criação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento rural e, b) baseado no questionamento crescente da dinâmica setorial de ramos da atividade econômica que passaram a se desenvolver muito mais a partir de uma lógica de escopo do que em escala. Diante disso, de acordo com o autor:

A emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural pressupõe que o nível adequado de tratamento analítico e conceitual dos problemas concretos deva ser o espaço de ação em que transcorrem as relações sociais, econômicas, políticas e institucionais. Esse espaço é construído a partir da ação entre os indivíduos e o ambiente ou contexto objetivo em que estão inseridos. Portanto, o conteúdo desse espaço é entendido como o território. Mas não se trata apenas do entendimento teórico e abstrato, pois esta perspectiva também propõe que as soluções e respostas normativas aos problemas existentes nesses espaços encontram-se nele mesmo (SCHNEIDER, 2004, p. 99).

Nesse sentido, Saquet (2013) destaca que a abordagem territorial pode contribuir para subsidiar a elaboração de propostas de desenvolvimento que valorizem as relações sociais entre os sujeitos e destes com os seus lugares. Para Saquet (2013, p. 177):

O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político-institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia.

A questão do desenvolvimento territorial também pode ser abordada quando se trata da agricultura familiar. Para Dias e Aguiar (2016), valorizar a agricultura familiar utilizando um modelo territorial e não setorial representa um avanço para a diversificação local/regional. Quando se aborda sobre agricultura familiar, ressalta-se que esta categoria social passou a ter mais reconhecimento a partir meados de 1990.

O reconhecimento e a legitimação da agricultura familiar como categoria socioeconômica e a utilização de uma nomenclatura que abrangesse a heterogeneidade do meio rural contribuiu para a criação de políticas públicas e fortalecimento da categoria social. Nos últimos anos ocorreram avanços no fortalecimento da agricultura familiar, entre os quais podendo-se apontar a reforma agrária, crédito agrícola, preservação ambiental, direitos trabalhistas, previdência social e saúde, política energética (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015), os quais, recentemente, após a introdução de políticas de austeridade fiscal a partir de 2016, têm perdido espaço novamente.

Quanto à criação de políticas públicas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que foi criado como resposta às pressões dos movimentos sociais que encontravam dificuldades de se manterem na atividade agropecuária, devido aos altos juros e dificuldades de acessar crédito rural (SCHNEIDER, 2003). O Pronaf foi instituído como uma política para o fortalecimento das unidades familiares, entendido como um programa de apoio e valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural, por meio do apoio técnico e financeiro, visando ao desenvolvimento rural (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). Além disso, segundo Aquino e Schneider (2010), o objetivo do Programa era diminuir as desigualdades sociais e regionais, provocadas pelas políticas estatais tradicionais que eram voltadas para o fomento da modernização tecnológica da agricultura do país.

Dessa forma, tendo em vista a heterogeneidade da agricultura familiar, a relevância do Pronaf para o fortalecimento desta categoria social, neste estudo será analisada a contribuição do Programa no território de Nova Palma e Pinhal Grande, no Rio Grande do Sul. Para tanto, a seção a seguir aborda o caminho metodológico percorrido.

## METODOLOGIA

O estudo possui abordagem mista, com caráter descritivo. A pesquisa mista combina abordagens quantitativas e qualitativas (CRESWELL, 2007). Neste estudo a parte quantitativa refere-se ao levantamento e análise de dados secundários e a etapa qualitativa à realização de entrevistas semiestruturadas. Segundo Creswell (2007, p. 111), a combinação de dados quantitativos e qualitativos possibilita “entender melhor um problema de pesquisa ao convergir (ou triangular) tanto tendências numéricas amplas de pesquisa quantitativa quanto detalhes de pesquisa qualitativa”.

A pesquisa adotou a estratégia explanatória sequencial, partindo dos dados quantitativos para os dados qualitativos. De acordo com Creswell (2007, p. 217) “o objetivo do projeto explanatório sequencial é usar resultados qualitativos para auxiliar na explicação e na interpretação de resultados de um estudo primariamente quantitativo”. Referente aos objetivos propostos, a pesquisa classifica-se como descritiva, ou seja, aquelas que têm como propósito descrever as características de determinada população ou identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2008).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: revisão bibliográfica, coleta de dados secundários e primários. Foram coletados dados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar referente ao período de 1999 a 2019.<sup>4</sup> Além dos dados sobre o Pronaf, foram coletados dados do Censo Agropecuário de 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019). A etapa qualitativa deu-se mediante a aplicação de questionários. Os municípios foram divididos em duas regiões – Microrregião I e Microrregião II – a partir da adaptação de Manfio (2015) e Dallanora (2018), visando a abranger a diversidade da agricultura familiar.

A escolha dos agricultores familiares participantes da pesquisa levou em consideração a microrregião em ele está inserido e a indicação de agentes de desenvolvimento e de agricultores. A etapa de coleta primária ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2020, respeitando os protocolos da OMS em virtude da pandemia da Covid-19. A técnica adotada foi a bola de neve. De acordo com Vinuto (2014), a técnica bola de neve é uma amostragem não probabilística que usa cadeias de referência.

Os questionários foram aplicados a 18 agricultores familiares em seus estabelecimentos. Ressalta-se, ainda, que além da aplicação de questionários se conversou com os agricultores, com os membros da família presentes na unidade de produção no momento da visita e essas informações, conversas e observações foram anotadas em um caderno de campo.

Na delimitação do número de entrevistas realizadas foi usado o critério de saturação. De acordo com Fontanella, Ricas e Turato (2008), a saturação é usada para estabelecer ou fechar o tamanho final da amostra, ou seja, determina quando a coleta de dados deixa de ser necessária. A saturação é utilizada quando os dados obtidos passam a apresentar repetição.

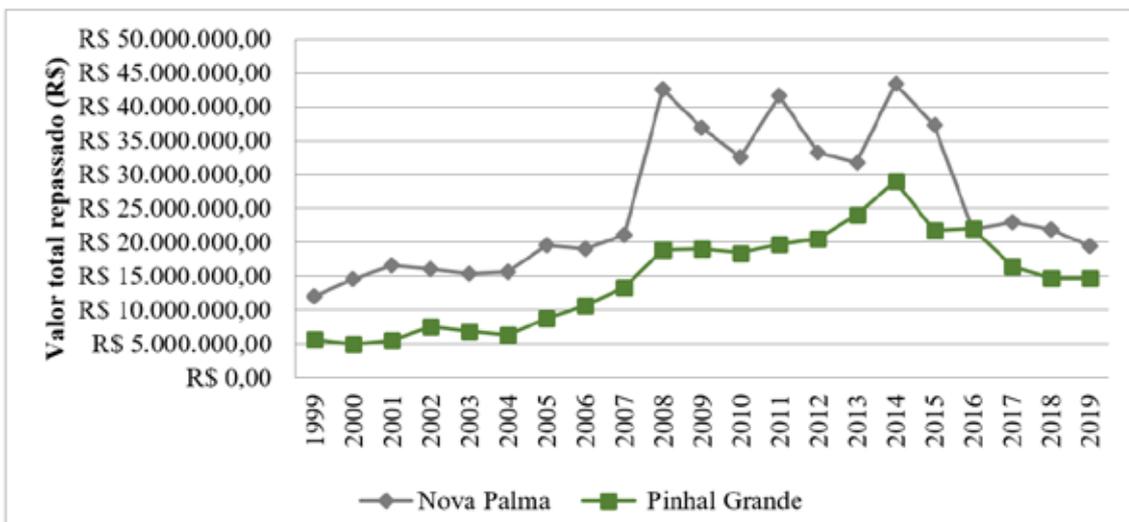
Na análise dos dados secundários foi realizada a correção monetária dos valores por meio do corretor de valores do Banco Central do Brasil, utilizando-se do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) – base junho de 2020. Após, os dados foram organizados no *software* Excel, utilizando a estatística descritiva, por meio de representações gráficas e tabulares. Já os dados primários – após a transcrição das entrevistas – foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). As categorias de análise foram criadas *a posteriori*, a partir do agrupamento das respostas dos agricultores. Por fim, salienta-se que o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pampa sob o registro nº CAAE 35613420.7.0000.5323.

## DINÂMICA E DESEMPENHO DO PRONAF EM NOVA PALMA E PINHAL GRANDE NA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS

No território em estudo, no período de 1999 a 2019, foram acessados R\$ 844.7 milhões de reais em créditos do Pronaf, observando-se que cerca de 63% do total de recursos liberados foram acessados pelos agricultores familiares de Nova Palma, como é possível observar no Gráfico 1.

<sup>4</sup> Os dados encontram-se em duas plataformas distintas: os dados correspondentes ao período de 1999 a 2012 foram solicitados ao Banco Central do Brasil, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão; já os dados de 2013 a 2019 estão disponíveis na Matriz de Dados do Crédito Rural.

Gráfico 1 – Montante de crédito repassado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



\* Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

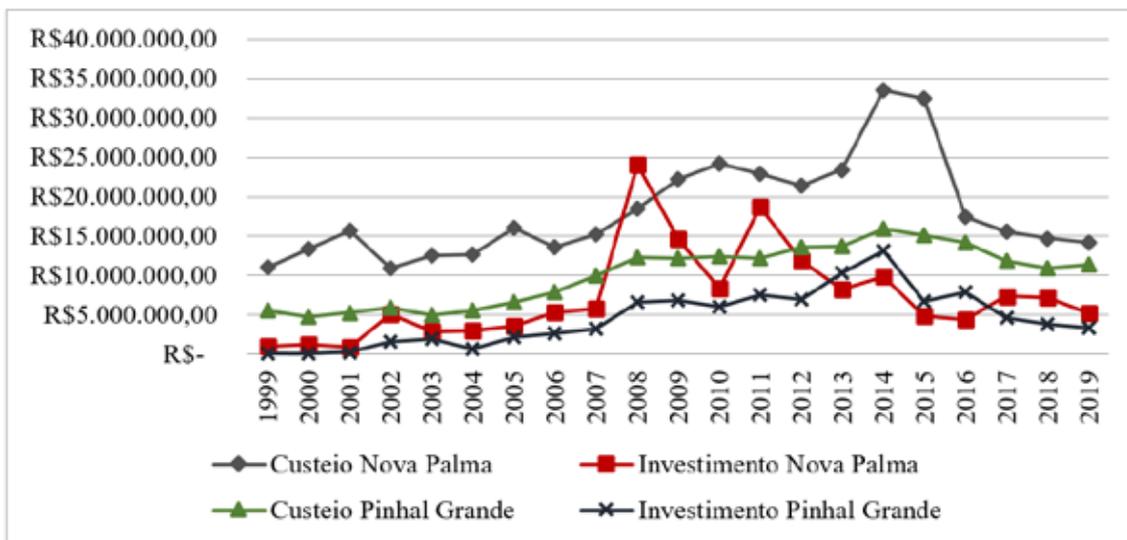
O aumento no volume de recursos liberados a partir de 2004 pode ser explicado pelas políticas governamentais. De acordo com Bianchini (2015), a partir do Plano Safra 2003/2004, o governo passou a investir mais na agricultura familiar, tendo em vista fortalecer a categoria social e para tanto foi ampliado o Pronaf Crédito e criado um conjunto de novos instrumentos de políticas públicas. Entre estes o autor cita a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (2003), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003), Seguro-Garantia Safra (2003), Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) (2005), Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (2006), Mais Alimentos (2008).

O montante distribuído a partir de 2007 pode estar relacionado com a inclusão de novos beneficiários, pois na safra 2007/2008 ocorreram mudanças quanto à classificação dos agricultores, deu-se a fusão dos Grupos C, D e E, passando a abranger os agricultores familiares mais consolidados e capitalizados, sendo denominado de Grupo Variável, ou Grupo V (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). Há redução dos valores distribuídos pelo Programa após 2014, mantendo-se até o último ano de análise. A redução dos recursos disponibilizados pelo Pronaf reflete a crise que se instaurou no Brasil.

De acordo com Araújo e Vieira Filho (2018) e Del Grossi (2019), o Brasil ingressou numa crise econômica, seguida de desestabilização política, o que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. No governo seguinte o presidente da República, Michel Temer, iniciou uma série de ações voltadas à reorientação política, caracterizada pelo corte dos gastos públicos e medidas restritivas que impactaram negativamente no desempenho de programas e políticas públicas.

Para Ocner Filho (2017), a partir de 2015, devido à crise de liquidez e a volatilidade nos mercados, as políticas creditícias foram comprometidas, afetando principalmente a agricultura. Nesse sentido, a seguir, o Gráfico 2 apresenta-se a evolução dos recursos disponibilizados nas linhas custeio e investimento, no período de 1999 a 2019, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande.

Gráfico 2 – Evolução das linhas de créditos custeio e investimento no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



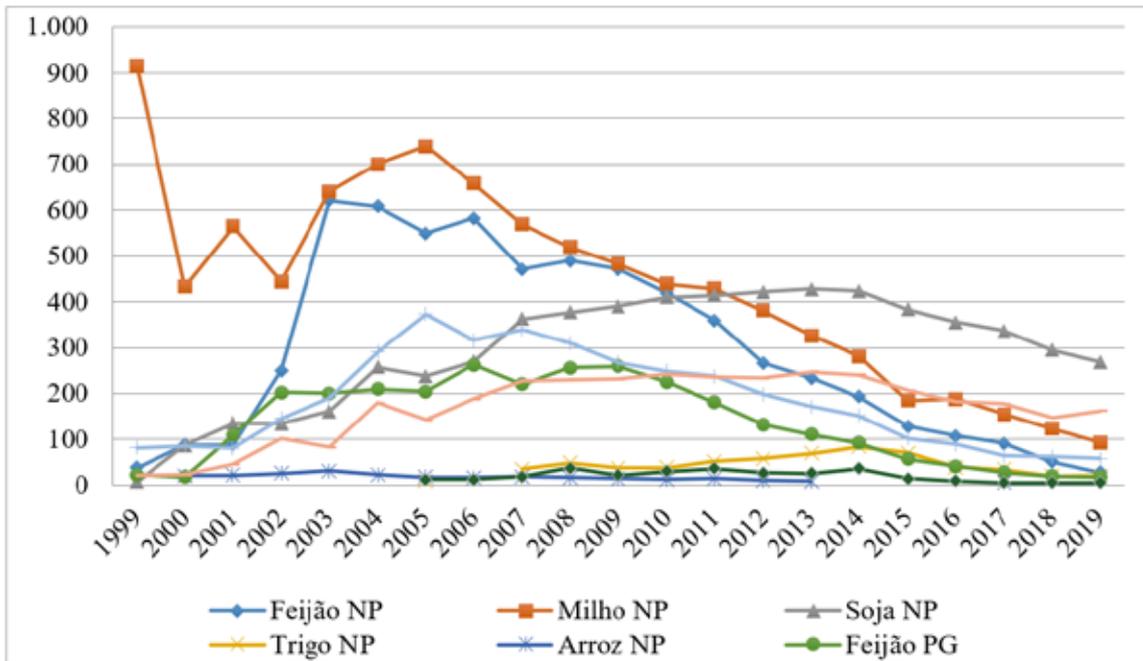
\* Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

A maior parte dos recursos liberados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no período de 1999 a 2019, nos municípios de Nova Palma e Pinhal Grande, foram destinados ao crédito custeio, representando 70,32% do total de recursos distribuídos. Para Aquino e Schneider (2015), o Pronaf apresenta caráter seletivo e excludente, baseado em um modelo produtivista e setorial. Dessa forma, nas regiões mais capitalizadas o crédito acessado é destinado ao custeio da safra, por estar relacionado ao tipo de política promovida pelo Programa, o qual não atende os agricultores familiares de maneira homogênea, estando direcionado para aqueles voltados à produção de *commodities*, apoiando uma lógica evolucionista, privilegiando agricultores familiares com maiores níveis de renda (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

O aumento no repasse e acesso ao crédito investimento no ano de 2008 pode ser explicado devido às mudanças ocorridas no Programa. Uma das razões para o crescimento do crédito investimento pode estar relacionada à política do governo Luiz Inácio Lula da Silva para enfrentamento da crise macroeconômica. Visando a estimular o crescimento da demanda doméstica foi criado o Programa Mais Alimentos, tendo como objetivo expandir a oferta interna de alimentos básicos. Dessa forma, expandiu-se o financiamento de maquinários e implementos de pequeno e médio porte para os agricultores familiares (MATTEI, 2014). Tendo em vista que a maior parte dos recursos disponibilizados pelo Programa no período em estudo foram destinados ao crédito custeio, o gráfico a seguir apresenta as principais culturas financiadas no período de 1999 a 2019.

Gráfico 3 – Número de contratos das principais culturas financiadas no período de 1999a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



\* Obs.: foram selecionadas essas culturas, pois são as que apareceram nos dados do Pronaf, visto que para preservação do sigilo bancário (LC 105/2001) são ocultos produtos cujo número de contratos é inferior a quatro.

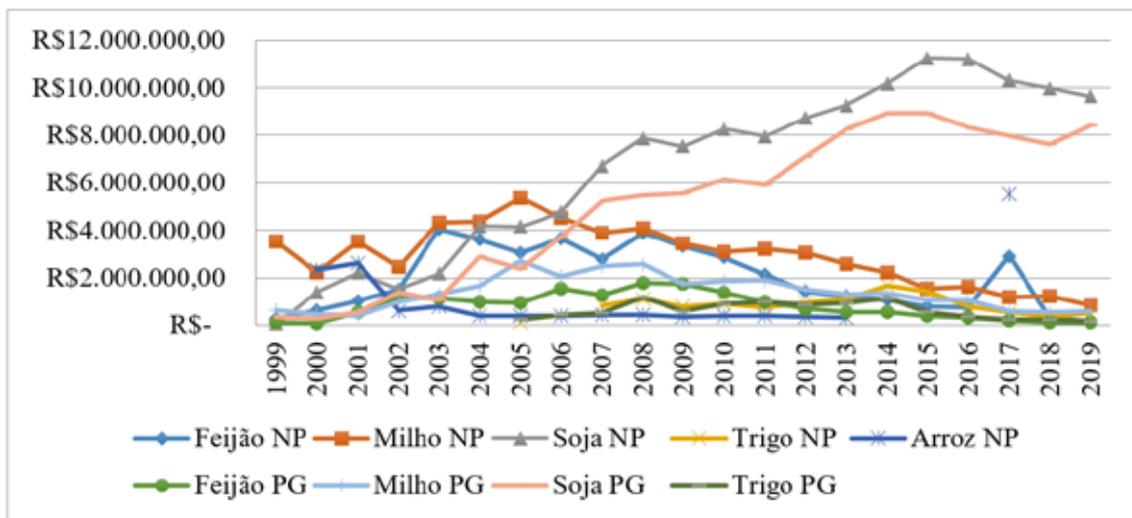
Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

Em relação às culturas financiadas verifica-se que apesar do número de contratos e do comportamento das contratações de cada cultura ser diferente, ao longo dos anos existem pontos em comum no comportamento dos municípios. Tanto em Nova Palma quanto em Pinhal Grande, nos dez primeiros anos de análise, as duas principais culturas financiadas – com maior número de contratações – foram milho e feijão. Nos últimos anos de análise (2009-2019) as duas culturas que registraram o maior número de contratações foram soja e milho.

Os principais produtos financiados pelo crédito custeio, no território em estudo, são soja e milho, acompanhando os resultados de estudos sobre a distribuição do crédito do Pronaf na Região Sul do país. De acordo com Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014), existe uma concentração de crédito na Região Sul que é explicada pelo fato de o Programa estar incentivando a agricultura moderna, ou seja, o crédito do Pronaf tem sido destinado para a produção de *commodities* agrícolas.

Nesse sentido, cabe destacar que para Gazolla e Schneider (2013, p. 54), o milho é uma cultura que tem duplo papel nos estabelecimentos de agricultura familiar. O milho pode ser tanto destinado para a comercialização como também para o consumo dos animais, como aves, suínos, ovelhas, entre outros, portanto, “quando o Pronaf financia a produção de milho, estará fornecendo uma *commodity* quando esta for para os mercados, ou fortalecendo o grupo familiar quando esse produto é utilizado pela família e no trato dos animais”. A seguir o Gráfico 4 apresenta o valor repassado pelo Programa para as culturas financiadas no período em estudo.

Gráfico 4 – Valor repassado para as culturas financiadas no período de 1999 a 2019, em Nova Palma e Pinhal Grande/RS



\* Valores corrigidos pelo IGP-DI para junho de 2020.

Fonte: Elaborado com base nos dados do Banco Central do Brasil (2020).

Como pode-se observar no Gráfico 4, em Nova Palma nos primeiros sete anos de análise, a cultura que mais captou recursos foi o milho, o mesmo ocorrendo em Pinhal Grande nos dois primeiros anos. Com o tempo, no entanto, nota-se um aumento expressivo dos recursos repassados para a cultura da soja, a qual, a partir de 2006 passou a ser a cultura que mais captou recursos do Pronaf. Enquanto as demais culturas apresentaram queda no montante disponibilizado, a soja mostrou crescimento.

Quando se trata do montante repassado para o custeio de soja, verifica-se que foram repassados o total de R\$ 139.2 milhões para Nova Palma, e R\$ 106.5 milhões para Pinhal Grande. A valorização dos preços internacionais da leguminosa e o aumento dos custos de produção contribuíram para aumentar os valores de financiamento (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021). As lavouras de soja demandam uso de fertilizantes, agrotóxicos, sementes de qualidade, máquinas agrícolas. Ou seja, é um cultivo que para produzir demanda tecnologia e insumos externos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Após a apresentação da dinâmica do Pronaf em Nova Palma e Pinhal Grande, a partir da distribuição dos recursos, linhas de crédito, número de contratos, valor médio das operações e culturas financiadas, a seção a seguir aborda os resultados encontrados na pesquisa de campo. Nela serão apresentados os dados primários coletados por meio das entrevistas e da aplicação dos questionários, visando a verificar a relação do Pronaf no processo de (des)territorialização da agricultura familiar.

## O PRONAF NO PROCESSO DE (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES

A seção apresenta a percepção dos agricultores familiares de Nova Palma e Pinhal Grande com relação às transformações geradas pelo Pronaf no território. Os agricultores familiares participantes da pesquisa acessam o programa há mais de 12 anos, chegando em alguns casos

a acessarem o programa há 20 anos ou mais. Dos 18 agricultores familiares entrevistados, 15 acessam os recursos do Pronaf para ambos os créditos, custeio e investimento, dois somente para custeio e um somente para investimento. Os principais resultados, categorizados a partir das dimensões econômica, cultural e natural, estão sintetizados no Quadro 1 a seguir.

Na dimensão econômica, como é possível verificar no quadro, entre as transformações geradas pelo uso do Pronaf ganha destaque o aumento da área agrícola plantada, bem como o aumento da produtividade. Para 15 entrevistados o Pronaf possibilitou o aumento da área, para 13 o Pronaf é responsável pelo aumento da produtividade, fato que evidencia o caráter produtivista da política pública. De acordo com os agricultores participantes da pesquisa, os recursos disponibilizados pelo Pronaf contribuem para aumentar a produtividade, pois conseguem ter dinheiro para comprar sementes de boa qualidade e insumos no momento correto.

Quadro 1 – Percepção dos agricultores familiares acerca das transformações ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande a partir do Pronaf

	Transformações	Percepção agricultores familiares
DIMENSÃO ECONÔMICA	<b>Transformações sobre produção</b>	Aumentou a produtividade Aumentou a área plantada
	<b>Transformação na estrutura do estabelecimento agropecuário</b>	Modernização Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas Melhoria na infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários
	<b>Transformações sobre diversificação</b>	Mantém as atividades características/históricas Auxilia na diversificação/estímulo a novos cultivares
	<b>Transformação sobre capacidade de geração de renda</b>	Aumento da renda Aumentou as contas a pagar Responsável pelo endividamento
	<b>Transformação no modo de comercialização da produção</b>	Não alterou a forma de comercializar/não houve a ampliação dos mercados compradores. Venda em cooperativas (existem antes do programa).
DIMENSÃO CULTURAL	<b>Transformações sobre relações tradicionais</b>	Aumentou a dependência bancária Aumentou a participação das mulheres na gestão
	<b>Transformações sobre identidades</b>	Mudanças na paisagem
	<b>Transformações no modo de fazer</b>	Mudanças no modo de plantar e de colher
	<b>Transformações nas relações com a comunidade</b>	Reduziu o trabalho comunitário/mutirão Aumentou a competitividade entre vizinhos
DIMENSÃO NATURAL	<b>Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras</b>	Aumentou o uso de agrotóxicos Adoção do plantio direto
	<b>Transformações no modo de manejo do solo</b>	Rotação de culturas Aumentou as práticas de correção do solo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

Com relação às transformações na estrutura dos estabelecimentos, percebe-se que o Pronaf possibilitou a estruturação e modernização dos estabelecimentos agropecuários. Em 14 casos o Programa influenciou na aquisição de trator e em 15 casos possibilitou a compra de maquinários e implementos agrícolas. Com isso, fica evidente que a política de crédito cumpre com a função de modernizar e tecnificar as unidades de produção.

Para Gazolla, Viganó e Marini (2020) a tendência de aquisição de maquinários é resultado do expressivo volume de recursos distribuídos para o custeio agrícola. Ou seja, devido ao aumento das áreas plantadas de grãos e *commodities* e da redução do número de membros na família para ajudar nas atividades, o agricultor acaba necessitando de maquinários e tecnologias para desenvolvê-las, formando-se assim um círculo vicioso em torno dos recursos distribuídos pelo Pronaf, em que os recursos disponibilizados para custeio e investimento acabam tendo um viés tecnológico, voltando-se para a produção das mesmas culturas de grãos e *commodities* (GAZOLLA; VIGANÓ; MARINI, 2020).

A modernização da agricultura consolida-se no território de Nova Palma e Pinhal Grande e é responsável por parte das características territoriais. Para Saquet e Abrão (2017, p. 109), “a paisagem é remodelada a fim de atender às exigências de um mercado competitivo, imediatista e excludente e não mais às necessidades de consumo dos agricultores familiares”.

Quanto às transformações sobre a diversificação, nota-se que no território em estudo o Pronaf não tem tanta interferência. O território tem como característica estabelecimentos que desempenham mais de uma atividade agropecuária. O Pronaf tem contribuído para manter as atividades que já estavam sendo desenvolvidas, em 11 casos o Programa tem contribuído para diversificar a produção, como é o caso da produção de leite, em que cinco agricultores passaram a desenvolver essa atividade juntamente com as outras, por exemplo, milho, soja e feijão, que já desenvolviam. Com isso, percebe-se que o Pronaf fomentou as atividades existentes e possibilitou a introdução de novas.

O que ocorre em algumas safras, de acordo com os agricultores, é a redução ou aumento da área plantada, por exemplo, diminui a área plantada de feijão e aumenta a de milho, diminui a área de milho e aumenta a área de soja, mas o número de culturas dentro do estabelecimento se mantém. Para os agricultores o aumento ou redução da área plantada estão diretamente ligados ao preço do produto e não com o Pronaf em si.

Outro ponto que faz com que o agricultor se especialize em determinada atividade é a idade avançada, exemplo disso pode-se citar o Agricultor 3, que quando mais jovem plantava fumo, feijão, milho. Atualmente aos 71 anos, e sua esposa, com 70 anos, passaram a se dedicar somente à produção de leite. Além da idade avançada, outro fator que contribuiu para isso foi a questão de os filhos saírem para estudar e não voltarem para o campo. Diante disso, a família optou por manter apenas uma atividade, aquela que exigisse menos esforço físico.

A mão de obra é um fator importante no processo de planejamento e manutenção de um estabelecimento de agricultura familiar. A partir do momento que os filhos saem do campo surge a dificuldade de renovação da mão de obra familiar, resultando em dúvidas do que será feito com o estabelecimento. Dessa forma, tentando suprir a falta de mão de obra, uma das estratégias tem sido o investimento em tecnologias. Além da falta de mão de obra, devido à saída dos filhos do estabelecimento, surgem outras consequências, como o envelhecimento e a masculinização do campo (SPANVELLO; MOREIRA; LINKE, 2017).

No que se refere às transformações sobre a capacidade de geração de renda, verifica-se que para nove respondentes o Pronaf contribuiu para o endividamento, mas de outro lado em todos os casos entrevistados possibilitou o aumento da renda. Para metade dos entrevistados o Pronaf é responsável pelo endividamento. Os agricultores que perceberam o aumento das contas a pagar devido ao Pronaf relatam que as contas aumentaram, pois em muitos casos são financiamentos de tratores, plantadeiras, pulverizadores, colheitadeiras, entre outros implementos agrícolas.

Os agricultores relatam que sem os recursos do Pronaf seria muito difícil conseguir estruturar a propriedade e adquirir maquinários. O aumento das contas a pagar, devido à aquisição de maquinários, conseqüentemente acaba aumentando a renda, pois os agricultores conseguem ter seus próprios implementos para plantar, cuidar e colher as plantações, na hora certa. Em todos os casos pesquisados os agricultores mencionaram que o Pronaf aumentou a renda, ficando evidente a importância da política pública para a geração de renda.

Já quando se trata das transformações no modo de comercialização da produção verifica-se que o Pronaf não tem alterado o território. A metade dos agricultores entrevistados acredita que com o Pronaf a comercialização mudou, já para a outra metade, não. Além disso, 10 entrevistados acreditam que o Pronaf não possibilitou a ampliação dos mercados compradores, 7 acreditam que sim e para 1 a política é indiferente. Conforme relatam os agricultores, no território existem cooperativas agrícolas,<sup>5</sup> sendo esse o principal destino de comercialização. Do total, 17 agricultores familiares entrevistados sempre comercializaram via cooperativas.

Para 11 respondentes a política de crédito fez com que eles participassem mais de cooperativas, 6 agricultores relatam que o Pronaf não interferiu e 1 acredita que a política é indiferente. Por outro lado, observa-se que todos os entrevistados acreditam que o Pronaf fez com que houvesse maior participação nas cooperativas. Os agricultores relatam que a partir do Pronaf passaram a comprar mais sementes, fertilizantes e insumos necessários para produzir. Além disso, as cooperativas da região prestam assistência técnica.

As cooperativas agropecuárias, segundo Ferreira e Braga (2004), desempenham um relevante papel econômico e social, isso pelo fato de que em muitas regiões representam uma das poucas possibilidades de agregação de valor ao produto rural, e também por ser um canal de inserção dos pequenos e médios produtores em mercados concentrados. Além disso, são organizações que atuam visando ao desenvolvimento local e regional (MORAES; SCHWAB, 2019).

As principais mudanças ocorridas na dimensão econômica do território de Nova Palma e Pinhal Grande devido ao Pronaf foram a ampliação da área plantada, aumento da produtividade, estruturação e modernização dos estabelecimentos agropecuários. Além destas transformações, mesmo tendo aumentado as contas a pagar devido aos financiamentos do Pronaf, tem-se o aumento da renda dos agricultores.

Com relação à dimensão cultural, ao considerar as transformações sobre as relações tradicionais constata-se que para 15 agricultores, devido ao Pronaf, aumentou a dependência de

<sup>5</sup> No território em estudo existem duas cooperativas, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma (CAMNPAL), e a Cooperativa Agropecuária de Júlio de Castilhos (Cotrijuc).

agências bancárias. Isso porque a cada safra recorrem às agências para financiarem a produção, ou então contratar o crédito investimento.

Já em relação à dependência de cooperativas, para nove agricultores participantes da pesquisa o Pronaf não tem interferido, mesmo antes de existir o Pronaf os agricultores já compravam insumos e comercializavam a produção nas cooperativas, visto que é região em que existem cooperativas com mais de 50 anos de atuação. Para oito entrevistados o Pronaf foi responsável pelo aumento da dependência de cooperativas, e para um a política de crédito é indiferente. O que aconteceu a partir do Pronaf foi que os agricultores passaram a demandar insumos, sementes, agrotóxicos, em quantidades maiores, pois as áreas de plantio aumentaram.

Nota-se também que o Pronaf não influencia os filhos a ficarem na propriedade, a continuarem na agricultura. Dos 18 agricultores familiares respondentes em apenas um caso o filho continua na propriedade, mesmo após ter concluído um curso técnico. Isso demonstra a necessidade de existir políticas públicas específicas para apoio e incentivo da permanência dos jovens no meio rural. Neste sentido, para Abramovay *et al.* (2001), os fatores determinantes para a permanência ou saída do jovem do campo estão relacionados à expectativa de geração de renda e à baixa escolaridade. Para os autores existe uma relação inversamente proporcional entre o grau de escolaridade e a permanência do jovem no campo, ou seja, quanto mais escolarizado for o jovem, menor é a probabilidade de ele permanecer no campo.

Ressalta-se também que a partir do Pronaf, em 11 casos aumentou a participação das mulheres nas atividades dentro do estabelecimento, e, em 10 casos aumentou a participação da mulher na gestão do estabelecimento. Conforme relatado pelos agricultores entrevistados, as mulheres participam nas mais diversas atividades dentro das propriedades rurais, desde o cuidado com a horta, com os animais, nas plantações e colheitas de fumo, milho, feijão, até dirigir trator. Além disso, em todos os casos entrevistados que tinham como uma de suas atividades a produção de leite, os agricultores relatam que são as mulheres que realizam todas as atividades da ordenha. Quanto à gestão, mesmo sendo o homem que, na grande maioria das vezes, vai até as agências bancárias para realizar o custeio ou investimentos, as decisões são tomadas em conjunto.

Para Dorregão (2018), que estudou sobre a participação das mulheres na atividade leiteira de Orleans/SC, as mulheres participam ativamente da atividade leiteira, cuidando dos animais, da higienização e da ordenha, são protagonistas do processo produtivo. Apesar de desempenharem um papel importante na atividade, a gerência e a comercialização da produção ficam sob responsabilidade do homem. Ou seja, as mulheres atuam no processo produtivo, mas não na tomada de decisão, na gestão.

Referente à influência do Pronaf nas transformações sobre identidades, verifica-se que ocorreram mudanças, principalmente na paisagem do território. Para 17 entrevistados o Pronaf alterou a paisagem do território. As principais mudanças relatadas foram a expansão das lavouras, derrubada de matas, substituição de bois por tratores, a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e melhoria da qualidade de vida. O Agricultor 10 relata que com o passar dos anos foram abertas lavouras no território em lugares em que não iam nem boi e carroça, hoje vai trator.

Quanto à transformação no modo de fazer, nota-se que ocorreram algumas mudanças no modo de plantar e de colher. Em oito casos, a partir do Pronaf foi deixado de lado as experiên-

cias e costumes no modo de plantar e de colher. Para os agricultores participantes da pesquisa isso não é algo negativo, pelo contrário. Conforme relatou o Agricultor 3, devido ao Pronaf o processo de plantar, cuidar a plantação e colher se tornou menos “sofrido” e mais rápido, ele conta que antigamente para plantar usavam cavadeira, era demorado, levavam dias para plantar uma lavoura, atualmente com os maquinários comprados com os recursos do Pronaf para plantar a mesma lavoura é questão de horas.

No que se refere à produção de alimentos para consumo familiar, não diminuiu devido ao Pronaf, pelo contrário. Para 15 respondentes a partir do Pronaf não diminuiu a plantação de alimentos básicos para o consumo familiar. Os agricultores comentaram que devido às “facilidades” do Pronaf, principalmente pela questão de ter os maquinários para trabalhar nas lavouras, sobrou mais tempo para cuidar e produzir alimentos para o consumo da família.

Para Saquet e Abraão (2017), os territórios são formados em períodos longos de tempo e as mudanças que ocorrem com o passar do tempo não necessariamente alteram a configuração territorial anterior. As mudanças ocorridas no território de Nova Palma e Pinhal Grande, devido ao Pronaf, são exemplos disso. Na agricultura familiar do território em estudo há uma intensa produção de grãos, como soja e milho, mas ao mesmo tempo a produção de subsistência permanece, como mandioca, batata, ovos, carne, frutas e verduras. A produção de alimentos para o consumo familiar é uma característica resultante do processo histórico de formação do território de Nova Palma e Pinhal Grande, e se mantém até os dias atuais.

Em relação às transformações com a comunidade, verifica-se que para 12 respondentes, a partir do Pronaf, houve redução do trabalho comunitário/mutirão. Os agricultores relatam que antigamente era comum fazer “puxirão”, mas que a partir do Pronaf isso diminuiu, pois cada agricultor passou a ter seus próprios maquinários. Outro ponto que vale destacar é que, para 10 entrevistados, a partir do Pronaf aumentou a competitividade entre os vizinhos, “*se um compra um trator o outro compra um melhor*”.

Dessa forma, as principais transformações que ocorreram na dimensão cultural do território de Nova Palma e Pinhal Grande foram o aumento da dependência de agências bancárias, aumento da participação das mulheres nas atividades e na gestão dos estabelecimentos agropecuários, mudanças na paisagem do território (mais lavouras, estabelecimentos agropecuários mais estruturados), redução do trabalho comunitário e aumento da competitividade.

Quanto à dimensão natural, percebe-se que o Pronaf tem contribuído para transformações no território. Referente às transformações concentradoras e degradantes, para 15 entrevistados aumentou o uso de agrotóxicos devido ao Pronaf, enquanto que para 3 não. De acordo com os relatos dos agricultores, isso está relacionado com o aumento das áreas plantadas, pelo fato de plantar mais, o agricultor compra mais agrotóxicos para as suas lavouras.

Outra mudança que ocorreu foi em relação ao uso da terra. Para 15 agricultores familiares, a partir do Pronaf os agricultores passaram a adotar o plantio direto. Devido à compra de maquinários agrícolas os agricultores deixaram de lado o boi e a carroça, pararam de lavar a terra e passaram a realizar o plantio direto. Isso em certa medida é bom, pois reduziu as erosões no solo. A técnica do plantio direto vem sendo utilizada na agricultura visando à conservação do solo e à diminuição do consumo de água, sendo eficiente no controle de erosão e plantas daninhas (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Referente às transformações no manejo do solo, percebe-se mudanças positivas. A partir do Pronaf 11 agricultores passaram a realizar rotação de culturas. Além disso, em 17 casos aumentou o uso de práticas corretivas do solo. As mudanças são positivas, pois os agricultores sabem que além de plantar e colher, é importante cuidar do solo.

Para Franchini *et al.* (2011), as vantagens da rotação de culturas estão na melhora da qualidade física, química e biológica do solo e no controle de pragas, doenças e plantas daninhas, resultando no aumento da produtividade das culturas e redução de custos devido à racionalização do uso de insumos. Os autores afirmam que a rotação de culturas é um investimento de médio-longo prazo que tem retorno garantido, pois é possível utilizar diferentes espécies de vegetais para a produção de grãos/ou forragens, o que amplia a diversificação de renda dentro dos estabelecimentos, diminuindo os riscos de mercado e clima ligados à atividade agrícola.

As principais transformações na dimensão natural do território devido ao uso do Pronaf foram o aumento do uso de agrotóxicos, o plantio direto, a rotação de culturas e a utilização de práticas corretivas de solo. O aumento do uso de agrotóxicos está relacionado com o aumento das áreas de plantio; com o passar dos anos devido ao Pronaf aumentou a área plantada, consequentemente os agricultores passaram a utilizar mais agrotóxicos. Mesmo com o aumento do uso de agrotóxicos, verifica-se o cuidado do solo.

A partir da análise dos dados secundários e da realização de entrevistas e aplicação de questionários com os agricultores familiares é possível perceber o quanto o Pronaf tem influenciado no processo de (des)territorialização da Quarta Colônia. Ao longo dos mais de 20 anos são evidentes os avanços e as alterações ocorridos no território devido ao Pronaf, principalmente na questão de recursos disponibilizados, aumento da área plantada, produtividade e estruturação dos estabelecimentos agropecuários. Assim, a próxima seção apresenta as considerações finais do estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronaf, nos seus mais de 20 anos de atuação, tem um relevante papel na oferta de crédito diferenciado para a agricultura familiar. Para que se cumpra com o propósito inicial, no entanto, é necessário passar por ajustes e alterações, de forma que mais agricultores, sobretudo os menos capitalizados, tenham acesso e que se fomente a produção de alimentos e não de *commodities* agrícolas.

Quando se trata do Pronaf no território em estudo, a partir da análise dos dados secundários foi possível verificar que a maior parte dos recursos liberados, no período de 1999 a 2019, foram destinados ao crédito custeio. Destaca-se ainda que com o passar dos anos ocorreram mudanças nas principais culturas financiadas pelo Programa, visto que nos primeiros anos de análise (1999 a 2009), as duas principais culturas com maior número de contratações foram milho e feijão e nos últimos dez anos (2010-2019) foram soja e milho. A soja, a partir de 2006, passou a ser a cultura que mais captou recursos do Pronaf.

Além de o Programa disponibilizar recursos para custeio e investimento, o Pronaf tem contribuído para transformações no território. A partir dos questionamentos feitos aos agricultores familiares verifica-se que as principais mudanças que ocorreram na dimensão econômica, ou seja, a ampliação da área plantada, o aumento da produtividade, estruturação e a moderni-

zação dos estabelecimentos agropecuários. Na dimensão cultural as principais transformações que ocorreram foram: o aumento da dependência de agências bancárias, aumento da participação das mulheres nas atividades e na gestão dos estabelecimentos agropecuários, alterações na paisagem, redução do trabalho comunitário e aumento da competitividade. Quanto à dimensão ambiental do território, entre as principais transformações ocorridas devido ao acesso ao Pronaf cita-se o aumento do uso de agrotóxicos ao mesmo tempo em que houve maior preocupação com a correção do solo.

A partir das análises, tanto quantitativa como qualitativa, destaca-se que o programa possibilitou a melhoria da infraestrutura dos estabelecimentos agropecuários e aquisição de maquinários. A mecanização da agricultura familiar contribuiu para a redução da penosidade do trabalho e agilidade dos processos de produção, visto que plantar, cuidar da plantação e colher tornou-se um processo mais rápido. A mecanização da agricultura familiar possibilitou também a autonomia dos agricultores familiares, ou seja, serem donos de seus meios de produção. Pode-se afirmar que a agricultura familiar, no território em estudo vive um círculo vicioso. Ao passo que aumenta a área plantada e produtividade os agricultores têm condições de investir em maquinários e implementos agrícolas. E no momento que investem em maquinários e implementos agrícolas passam a aumentar a área plantada e a produtividade.

Por fim, pode-se acrescentar que o Pronaf tem gerado transformações no território de Nova Palma e Pinhal Grande. A forma como o crédito é usado é o que determina as possíveis mudanças que ocorrerão no território como o passar do tempo. Por isso, destaca-se a relevância do acompanhamento – monitoramento e avaliação, a fim de reformular e ajustar a política pública.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (org.). *Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios*. Buenos Aires: Ciccus, 2006.
- ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. SOBER, 2001. Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Sober, 2001.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des) Caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010. *Anais [...]*. Natal, 2010.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- ARAÚJO, J. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Análise dos impactos do Pronaf na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016. *Texto para Discussão*, Ipea, v. 2.412, p. 7-52, 2018.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BIANCHINI, V. *Vinte anos do Pronaf. 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF; MDA, 2015.
- CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A.; RODRIGUES, S. R. A *comoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Revista Grifos: Dossiê: PRONAF 25 Anos: Histórico, Transformações e Tendências*, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 190-211, 2021.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DALLABRIDA, V. R. A Gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 44-60. 2007.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à sua avaliação prática. *Análise Social*, Lisboa, v. 215, n. 50, p. 304-328, 2015.

DALLANORA, I. B. *Organização do espaço rural de Pinhal Grande-RS: potencialidades e desafios da agricultura familiar*. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

DEL GROSSI, M. E. *Políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar no Mercosul ampliado: o caso do Brasil*. Confederação de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul Ampliado; Contag, mar. 2019.

DIAS, G.; AGUIAR, L. Pronaf: agricultura familiar camponesa, desenvolvimento territorial rural e multifuncionalidade em São João Del-Rei/MG. *Rev. Geogr. Acadêmica*, Boa Vista, v. 10, n. 2, p. 138-153, 2016.

DORREGÃO, V. V. *A participação de mulheres na atividade leiteira: um estudo de caso do município de Orleans/SC*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2018.

FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. *RAC*, v. 8, n. 4, p. 33-35, out./dez. 2004.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 17-27, 2008.

FRANCHINI, J. C. et al. Importância da rotação de culturas para a produção agrícola sustentável no Paraná. *Embrapa Soja*, Londrina, n. 327, 52 p., 2011.

FROELICH, J. M. et al. A agricultura familiar e as experiências de indicações geográficas no Brasil meridional. *Agrociencia Uruguay*, Montevideo, v. 14, n. 2, p. 115-125, jul./dez. 2010.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 51, p. 45-68, 2013.

GAZOLLA, M.; VIGANÓ, C.; MARINI, M. J. Pronaf no Estado do Paraná: quais lógicas de desenvolvimento têm sido fortalecidas? *Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, SC, v. 10, p. 751-773, 2020.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C.; WESZ JR., V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 52, n. 2, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MANFIO, V. Agricultura familiar no município de Nova Palma-RS: uma análise sobre as dinâmicas e potencialidades. *Geographia Meridionalis*, v.1, n.2, jan-dez, 2015.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. As novas alternativas rurais na Quarta Colônia, RS, Brasil: um estudo sobre a agricultura de base agroecológica e a agricultura orgânica. *Inter Espaço*, Grajaú, MA, v. 3, n. 9, p. 175-194, 2019.

MATTEI, L. Evolução do crédito do Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. *Rev. Econ. NE*, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 58-69, jul./set. 2014.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. *Revista do Cepe*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. *RESR*, Piracicaba, SP, v. 52, n. 1, p. S009-S024, 2015.

OCNER FILHO, V. O papel do crédito rural frente ao crescimento econômico do Brasil. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16-31, 2017.

OLIVEIRA, M. M. et al. Capim vetiver (*Chrysopogon zizanioides*): uma alternativa para o plantio direto na agricultura familiar. *Revista Terceiro Incluído*, Goiás, v. 8, p. 77-84, 2018.

RESENDE, C. M.; MAFRA, R. L. M. Desenvolvimento rural e reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 54, p. 261-280, 2016.

SAQUET, M. A. Território e identidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005. São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, de 20 a 26 de março de 2005.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. *Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F. Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 574-598, 2014.

SAQUET, M. A.; ABRÃO, J. A. A. A territorialização na agricultura familiar: materializações na paisagem de Francisco Beltrão (PR, Brasil). In: SUZUKI, J. C.; ARAUJO, V. B.; LARA, O. G. H. (org.). *Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano*. São Paulo: FFLCH; USP, 2017.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 6, n. 11, jan-jun, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L. F.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, A. G. V. Agricultura familiar no contexto nacional. *Caderno de Publicações*, Goiás: Univag – Centro Universitário, n. 1, p. 9-19, 2003.

SPANVELLO, R. S.; MOREIRA, S. L.; LINKE, P. M. Reprodução da mão de obra em propriedades familiares: apontamentos a partir da sucessão geracional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL TERRITÓRIOS, REDES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 8., 2017. Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. *Revista Faz Ciência*, Francisco Beltrão, PR, v. 7, n. 5, p. 11-26, 2005.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 44, p. 201-218, 2014.

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão está  
sob Licença Creative Commons CC – By 4.0